



---

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: o eixo educacional como possibilidade de empoderamento popular**

**Yara Dias Fernandes CERQUEIRA<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Este trabalho apresenta, inicialmente, o traçado histórico da Extensão Universitária, sua gênese e desenvolvimento no Brasil. A proposta consiste em debater a consolidação da Extensão Universitária para além de eixo indissociável entre ensino e pesquisa, e os limites e possibilidades desta modalidade no processo de consolidação do empoderamento das classes populares. A partir de pesquisa bibliográfica, evidencia-se que, embora participe das contradições inerentes à sociedade capitalista, a extensão pode consolidar-se como propulsora e direcionadora dos interesses da classe trabalhadora.

### **INTRODUÇÃO**

A extensão faz parte de um dos três eixos estruturantes de uma universidade ou instituição de ensino, onde se conjuga com o ensino e a pesquisa. Tem como prioridade de execução a relação do espaço educacional com a comunidade, em um processo contínuo de troca de conhecimentos, aproximação da escola com a sociedade e vice versa, direcionar e compartilhar os conhecimentos gerados em prol da comunidade. O papel da extensão está para além das atividades inerentes ao ensino e à pesquisa e, um dos principais desafios é evitar ações passageiras e assistencialistas (SOARES, 2011).

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Machado-Machado/MG- Universidade Federal de Itajubá- Itajubá-MG– E-mail:[yara.dfernandes@gmail.com](mailto:yara.dfernandes@gmail.com)

O papel da extensão não deve centrar-se nas atividades inerentes à Universidade no que se refere ao ensino e pesquisa. Extensionar-se significa ultrapassar os muros da escola e do conhecimento, cortando as barreiras hierárquicas do saber e dialogar, de forma democrática e linear, com a sociedade. Destaca-se a importância de dar voz às classes populares, num diálogo que não favoreça a imposição de uma voz e saber, mas a construção e desconstrução da realidade, com o objetivo central de superar os antagonismos entre as classes, emergencialmente a pobreza, miséria e exclusão social.

Atualmente a Extensão Universitária vivencia o desafio que não é eminentemente único à ela: ultrapassar os ditames do capital, ferir as esferas mercantilistas e se efetivar de forma crítica e coerente com a sociedade. Outrossim, não se limitar apenas ao caráter expansionista de conhecimento, mas como expansão do diálogo e (re) construção dos espaços e relações sociais, mormente voltado aos interesses das classes populares .

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica e foi construído a partir de leitura em materiais que referenciassem o respectivo tema. Para construir a discussão teórica, foi feito levantamento bibliográfico a partir de livros, periódicos, , leis e pesquisas na internet. Posteriormente, faz-se análise dos textos estudados a partir de elementos sociológicos, políticos e antropológicos, para elaborar a respectiva reflexão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Um breve traçado histórico da Extensão Universitária no Brasil**

A Extensão Universitária no Brasil nasceu tardiamente, se relacionada com outros países . De acordo com Paula (2013), a criação de universidades no Brasil ocorreu no século XX, sendo que em diversos países da América do Sul as universidades já existiam a partir do século XVI. O autor explica que estas instituições eram regidas por ordens religiosas, nunca direcionadas à liberdade e eram de caráter elitista e segregador, sem vínculo com as camadas populares.

A primeira universidade oficial no Brasil foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 (ARAÚJO, et al, 2011). Na década de 30, a partir do Decreto nº 19.851/31 que a extensão universitária é estabelecida, pois a referida legislação regulamentou as bases para o sistema universitário brasileiro. É na Revolução de 30 que ocorre a primeira fluência da extensão universitária no país, onde o governo dominou não unicamente o campo da política econômica, mas a política social.

Na década de cinquenta, especificamente em seu final, emerge o espírito de luta pela reforma universitária, em que críticas e questionamentos sobre a estrutura da universidade estão em evidência, numa proposta clara de mudanças significativas ao modelo até então vigente da instituição. O movimento questionador para a reforma universitária acentuou o debate crítico, entretanto, no âmbito governamental, ocorre uma estagnação deste processo, uma vez que a lei 4.024 de 1961 caracterizou a extensão como simples modalidade de curso, desdenhando seus objetivos e finalidades (FREIRE, 2011). A extensão universitária teve considerável importância na luta pela transformação social do país, especificamente dos anos 1950 até 1964, em que ocorreram significativas lutas por reformas estruturais no país (PAULA, 2013).

Já no ano de 1962, acontece o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, espaço de importantes debates, discussões e encaminhamentos, que se concretizaram na “Carta do Paraná”. O movimento pela Reforma Universitária foi o resultado do encontro dos movimentos estudantis e de lutas gerais pelas transformações sociais, o que caracterizou uma aliança operário-estudantil e aliança operário-camponesa. A própria mobilização dos estudantes buscava aproximar e se apoderar das demais reivindicações sociais (PAULA, 2013).

No ano de 1967 a Extensão foi mencionada e concebida a partir do Decreto Lei nº 252 que, segundo Freire (2011, p. 10), evidenciou “o caráter complementar da extensão com relação ao ensino e a pesquisa, para atribuir a esses últimos o sentido de “utilidade social” que não possuem”.

No período ditatorial a extensão era encarregada de envolver-se nos problemas sociais emergentes, “sem interferir ou ameaçar o interesse do regime” (FREIRE, 2011, p. 11). Em 1987 foi criado o Fórum de Pró- Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que foi crucial para a política de extensão que existe na contemporaneidade, tanto no que concerne à construção de instrumentos de avaliação e acompanhamento das ações extensionistas, quanto

na institucionalização da extensão como atuante universitária e também como mediadora na elaboração e definição de políticas públicas de estímulo à extensão (PAULA, 2013).

A década de noventa foi marcada pela implementação da lógica neoliberal, em que o mercado teve prevalência sobre o Estado, que deveria interferir de forma mínima e aleatória nos problemas e demandas sociais. O processo de privatização do público ocorre de forma aligeirada e na educação não é diferente. A expansão do ensino privado é significativa e, conforme esclarece Paula (2013), se comparado aos dias atuais, é majoritário ao ensino público.

Frigotto e Ciavatta (2003) apontam que no governo Cardoso foi que ocorreu, pela primeira vez em nossa história, a transformação da ideia empresarial e mercantil de educação escolar em política de Estado. A partir do desmantelamento do sentido do público, o Estado passa a exercer a funcionalidade privada. “Trata-se de ajustar a educação escolar que serve à reestruturação produtiva e às mudanças organizacionais e a base técnico-científica à nova divisão internacional do trabalho” (ibid, p. 107).

Neste espaço de consolidação da lógica mercantil, em que (quase) tudo passa a ser comprável, financiado e adquirido por meio de capital, a extensão universitária perde sua força enquanto possibilidade de transformação societária.

Neste sentido de contextualização da extensão universitária na atual conjuntura brasileira, faz-se necessário refletir sobre o papel da extensão na sociedade, seus impactos, possibilidades e desafios.

### **A extensão universitária: o viés das possibilidades**

A extensão faz parte de um dos três eixos estruturantes de uma universidade ou instituição de ensino, onde conjuga com o ensino e a pesquisa. O papel da extensão está para além das atividades inerentes ao ensino e à pesquisa. Conforme aponta Soares (2011, p. 567), “ a universidade deve ser propulsora de mudanças e transformações sociais, e não apenas um instrumento que referenda o atual *status quo*”. Ainda de acordo com a autora, é na extensão universitária que “melhor traduz a possibilidade dessa relação dialógica e transformadora entre a universidade e esses setores da sociedade” (ibid, p. 567).

Um dos principais desafios da extensão universitária na contemporaneidade é evitar ações passageiras e assistencialistas (SOARES, 2011). É imprescindível que a universidade dialogue com a sociedade e os Três Poderes (executivo, legislativo e judiciário) para que haja a elaboração de uma agenda similar entre os poderes em prol da população (MACIEL, 2010). Segundo o autor, a extensão universitária contribui para que haja uma proximidade entre a sociedade e a universidade, gerando a expansão do conhecimento e o desenvolvimento do senso crítico da população, principalmente para o processo de sensibilização e conscientização da população. O autor aponta que, além da condição tradicional de consolidação do conhecimento, a extensão potencializa a análise e estudo das grandes problemáticas sociais no país, contribuindo para a participação popular na condição de sujeitos e, via ensino, a extensão pode ser uma forma de dialogar e atender à população por meio de uma educação crítica.

O papel da extensão não deve centrar-se nas atividades inerentes à Universidade no que se refere ao ensino e pesquisa. Extensionar-se significa ultrapassar os muros da escola e do conhecimento, cortando as barreiras hierárquicas do saber e dialogar, de forma democrática e linear, com a sociedade. Destaca-se a importância de dar voz às classes populares, num diálogo que não favoreça a imposição de uma voz e saber, mas a construção e desconstrução da realidade, com o objetivo central de superar os antagonismos entre as classes, emergencialmente a pobreza, miséria e exclusão social.

A extensão, se direcionada à relação dialógica com a sociedade, especialmente com as classes populares, poderá contribuir substancialmente no empoderamento destas, uma vez que o trabalho de exercício crítico, conscientização e esclarecimento dos direitos sociais poderão ocorrer de forma sistemática, contínua e coerente. Há de se ter o cuidado de não construir uma identidade extensionista que caracterize o papel da Extensão Universitária como um segundo Estado.

Este cuidado requer o direcionamento de ações que estejam claras em seu propósito, pois há o risco de a Extensão roupar-se de atividades e compromissos que, essencialmente, são obrigações do Estado. A extensão universitária deve estar direcionada a atender, responder e dialogar com os interesses da sociedade, e não do capital. Outrossim, “as atividades de extensão não podem ser mercantilizadas” (SOARES, 2011, p. 568).

Nesta discussão, Freire (2011) pontua que os direitos não são garantidos e conquistados pelo simples acesso ao mercado de trabalho, mas por meio de políticas públicas universais e igualitárias. Pode-se afirmar que a garantia dos direitos deve iniciar com a garantia e condições de participação ativa das classes populares e sociedade, num diálogo incisivo, coerente e que corresponda aos anseios e necessidades da classe trabalhadora.

A Extensão Universitária promove uma troca de saberes entre a Universidade e a sociedade, uma vez que busca nessa sociedade os problemas eminentes e as soluções que a população emprega diante deles e ao retornar à Universidade deve promover sua retroalimentação para novos conhecimentos e pesquisas, com vistas a colaborar na solução das dificuldades, participando efetivamente da realidade social. (...) Responsabilidade de transformar a vida de seus semelhantes, sem substituir responsabilidades do Estado e sim promovendo a ciência diretamente aplicável à sociedade. (ARAÚJO et al, 2011, p. 7)

O diálogo sobre o papel da Extensão e sua potencialidade deve também ocorrer com a comunidade, pois a Extensão não está para a sociedade, está com ela. E, se direcionada com propósitos claros, que não estejam ligados à mercantilização da educação e à capitalização do conhecimento, a Extensão tem extrema contribuição na construção de uma sociedade mais justa, crítica e igualitária.

## **CONCLUSÕES**

A extensão universitária teve, historicamente, papel decisivo na construção de uma sociedade dialógica e democrática. Ainda que, por certo período, manteve o caráter de atender aos problemas sociais sem efervecê-los de forma crítica, gradativamente, com o processo de democratização no país, foi obtendo espaço e conquistando voz política e social.

Mediante os apontamentos dos autores estudados, considera-se, no momento, que a Extensão Universitária vivencia o desafio que não é eminentemente único à ela: ultrapassar os ditames do capital, ferir as esferas mercantilistas e se efetivar de forma crítica e coerente com a sociedade. Também se conclui que a Extensão tem considerável potencial de consolidação do empoderamento das classes populares, uma vez que suas ações são, comumente, vinculadas diretamente com o social. A partir da análise dos textos estudados, evidencia-se

repensar e reconstruir a ideia de Extensão consiste em considerá-la não apenas como propulsora de conhecimento, mas como a sonorização coletiva dos gritos populares. Longe de uma pretensão messiânica ou romântica, considerar a Extensão como potencializadora do empoderamento das classes populares é, inclusive, desconstruir a ideia de trabalhar para a comunidade, mas *com* ela. Os limites que circundam estas propostas estão direcionados à efetiva implantação e execução das atividades de Extensão de forma contínua, coerente e vinculada com um projeto de sociedade que priorize a formação crítica dos trabalhadores e classes populares, bem como os considere como agentes contribuintes e de total importância como os estudantes e a Instituição envolvidos. E, no viés das possibilidades, se as classes populares ainda não gritam, a Extensão pode dimensionar esta voz de forma que atinja não apenas os órgãos públicos, mas a sociedade como um todo. E extensionar não é apenas abranger e ultrapassar o ensino e a pesquisa, mas atingir de forma estratégica o que deve ser atingido, discutido e potencializado: a voz do povo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. A. M. *et al.* Conceitos de Extensão Universitária. **In: Extensão Universitária um laboratório social.** São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2011. Capítulo 01. p. 05 a 09.

FREIRE, S. de M. Desafios da extensão universitária na contemporaneidade. **In: Revista Conexão**, Vol. 07 n. 01, 2011. p. 08 a 15.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **In: Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93 a130, abril 2003.

MACIEL, L. R. Política nacional de extensão: Perspectivas para a universidade brasileira. **In: Revista Participação**, Ano 10 n. 18, Dez/2010. p. 17 a 27.

PAULA, de J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **In: Revista de Extensão - Interfaces**, Vol. 01 n. 01, 2013. jul/nov, p. 05 a 25.

SOARES, L.T. CT&I, desenvolvimento social e demandas locais: o papel da extensão universitária. **In: Parcerias Estratégicas**, Vol. 16 n.32, 2011. p. 555 a 573.